



CANTANHEDE
MUNICÍPIO

PEL

**COOPERAR PARA A EXCELÊNCIA,
UM IDEAL DE FUTURO**

PROPOSTA DE PROJETO
EDUCATIVO LOCAL

Conselho Municipal de Educação

Praça Marquês de Marialva
Apartado 154
3064-909 Cantanhede



Coordenação

Pedro Vaz Cardoso, Vereador de Educação

Equipa

Ana Paula Ribeiro – Escola Técnico-Profissional de Cantanhede
Cláudia Azevedo – Município de Cantanhede
Hermenegildo Freire – Agrupamento de Escolas Marquês de Marialva
Isabel Bernardo – Escola Secundária de Cantanhede
Marisa Rodrigues – Discente de Mestrado da FPCE.UC
Nuno Freitas – Agrupamento de Escolas Gândara-Mar
Pedro Chorusa – Agrupamento de Escolas Finisterra

Concepção Gráfica

Inês Faël

Cantanhede, setembro 2014

Introdução

A legislação em vigor, que legitima a participação do poder local na educação, lança-lhe como desafio uma intervenção mais ativa na dinâmica educativa e na administração e planeamento da educação. Deste modo, estão criadas as condições para contornar a mera execução das políticas normativas de territorialização educativa protagonizadas pelo Estado, para dar lugar a um efetivo conjunto de iniciativas dinâmicas que visam construir uma verdadeira política educativa local, que assim pode ter rosto através de um projeto próprio, o PEL (Projeto Educativo Local).

Numa primeira instância, importa clarificar o conceito deste novo projeto em paralelo com o do projeto educativo das instituições de educação e formação. Ambos os projetos têm como objetivo o planeamento estratégico. Todavia, os projetos educativos das organizações de educação e formação visam definir as suas políticas educativas e organizacionais, enquanto o projeto educativo local se vincula à política educativa do território.

Tendo em conta esta lógica, o PEL assume a identidade e as finalidades que norteiam as atividades das instituições que operaram no concelho no âmbito da educação e formação de jovens e adultos.

Assim, o PEL é também um instrumento orientador da cooperação e da articulação entre todas as entidades que operam no concelho com responsabilidades na educação e formação.

Esta orientação estende-se ainda à gestão integrada dos recursos humanos, materiais e financeiros, maximizando a sua eficácia e eficiência na intervenção educativa para a missão de desenvolvimento sustentado da comunidade.

Neste contexto, sublinhamos a imperativa proatividade e envolvimento de todos os agentes locais na definição, implementação e desenvolvimento da política educativa do concelho, em particular do Conselho Municipal de Educação enquanto espaço privilegiado na coordenação desta política educativa.

1. Diagnóstico prévio

Pontos fortes do concelho	Pontos fracos / ameaças internas do concelho	Potencialidades internas do concelho	Oportunidades externas ao concelho	Ameaças externas ao concelho
1. Existência de mecanismos de articulação entre o Município e as entidades educativas e de formação que operam no concelho.	1. Existência de lógicas de ação dos agentes educativos e sociais muito diferenciadas e por vezes conflitantes.	1. Existência de um Conselho Municipal de Educação no qual têm assento diferentes tipos de entidades com responsabilidade direta ou indireta na educação e na formação com potencialidade para a criação de uma identidade comum.		1. Entrada de operadores de educação e formação no concelho que não obedecem a valores de qualidade e exigência.
2. Existência de mecanismos de articulação entre o Município e demais serviços e entidades, capazes de mobilizar sinergias para a educação e formação.	2. Estrutura de transportes públicos insuficiente para as necessidades do concelho que pode dificultar a dinamização dessas sinergias.			

Pontos fortes do concelho	Pontos fracos / ameaças internas do concelho	Potencialidades internas do concelho	Oportunidades externas ao concelho	Ameaças externas ao concelho
3. Diversificação crescente das ofertas de educação e de formação para adultos e jovens, com forte aposta na qualificação profissional.	3.1. Falta de diálogo entre os diversos agentes. 3.2. Falta de equipamentos que permitam uma maior diversidade das ofertas de formação e qualificação no concelho.	3. Existência de entidades várias a trabalhar na qualificação profissional de adultos o que pode sensibilizar as famílias para a importância de uma qualificação profissional de nível médio.	3.1. Existência de metas definidas a nível europeu (Programa Europa 2020) que podem mobilizar o concelho para a formação profissional. 3.2. Emparelhamento do QNQ com o QEQ.	3. Términus do financiamento pelas entidades europeias.

Pontos fortes do concelho	Pontos fracos / ameaças internas do concelho	Potencialidades internas do concelho	Oportunidades externas ao concelho	Ameaças externas ao concelho
<p>4. Existência de um tecido empresarial em vários polos do concelho e com potencial técnico, tecnológico e biotecnológico.</p>	<p>4.1. Famílias e alunos pouco sensibilizados para a formação e qualificação profissional de níveis 4 e 5 com maiores graus de empregabilidade.</p> <p>4.2. Tecido empresarial com empregadores com baixa formação e reduzida sensibilidade e abertura para a formação.</p> <p>4.3. Dificuldade em estabelecer redes de parcerias entre os empregadores e as entidades de educação e formação.</p> <p>4.4. Algum tecido produtivo sustentado em atividades tradicionais com fraca potencialidade económica.</p>	<p>4.1. Abertura de algumas empresas e outras entidades formadoras para a formação inicial de jovens e para a formação e qualificação dos seus ativos.</p> <p>4.2. Existência de um polo da Universidade Aberta com ação na área da aprendizagem ao longo da vida.</p> <p>4.3. Existência de uma Associação Empresarial apostada na formação dos ativos e dos empregadores.</p>	<p>4.1. Existência de políticas educativas e de formação com forte aposta na qualificação profissional e na educação e formação ao longo da vida.</p> <p>4.2. Existência de polos universitários e de ensino politécnico próximos, com meios viários de acessibilidade rápida e que podem vir a implementar cursos de especialização tecnológica no concelho, diversificando a oferta formativa.</p>	<p>4.1. Instabilidade política e possível dificuldade em sustentar economicamente as políticas de formação e de qualificação de adultos.</p> <p>4.2. Instabilidade económica que pode fazer retrair as políticas de formação e qualificação das empresas.</p>

Pontos fortes do concelho	Pontos fracos / ameaças internas do concelho	Potencialidades internas do concelho	Oportunidades externas ao concelho	Ameaças externas ao concelho
5. Forte identidade local concelhia.	5. Projeto educativos com poucas ações orientadas para a cultura e identidade locais.	<p>5.1. Existência de polos de atração históricos e naturais, assim como de uma grande diversidade de associações socioculturais e desportivas com estatuto de utilidade pública.</p> <p>5.2. Existência de uma rede de postos de turismo.</p> <p>5.3. Existência de recursos humanos especializados na área do turismo.</p> <p>5.4. Existência da Universidade dos Tempos Livres do Concelho de Cantanhede com vertentes de formação ocupacional e de animação comunitária.</p>	5.1. Existência de uma entidade interconcelhia com possibilidade de mobilização de recursos para a promoção de projetos de desenvolvimento local.	5.1. Possível desvalorização da cultura local face à pressão de uma cultura globalizada.

Pontos fortes do concelho	Pontos fracos / ameaças internas do concelho	Potencialidades internas do concelho	Oportunidades externas ao concelho	Ameaças externas ao concelho
6. Taxas de escolarização e de qualificação profissional em crescendo.	6.1. Baixa taxa de natalidade, com consequente perda do número de alunos e crescente envelhecimento da população. 6.2. Diminuição da população residente no concelho.	6.1. Necessidade de qualificação profissional nas áreas de serviços ao domicílio e geriatria e possibilidade de criação de microempresas nestas áreas. 6.2. Existência no concelho de um polo da Universidade Aberta.	6.1. Existência de múltiplas entidades de educação e formação externas a operar no concelho (ou que podem vir a operar), nomeadamente em articulação com escolas, IPSS, Juntas de Freguesia, a AEC, cooperativas e empresas.	6.1. Existência de entidades de educação e formação a operar nos concelhos vizinhos com ofertas de formação que se podem revelar mais atrativas para os alunos.
7. Baixas taxas de reprovação e de abandono escolar. 7.1. Resultados dos alunos em sede de provas nacionais dentro ou acima das médias nacionais.	7. Inexistência de mecanismos de transição entre ciclos de escolaridade que permitam um desenvolvimento consistente do currículo.	7. Capacidade de diálogo entre as escolas e as entidades formativas. 7.1. Existência de parcerias e protocolos ativos.	7.1. Existência de metas externas que podem potenciar a ação concertada e que permitem o <i>benchmarking</i> .	

Pontos fortes do concelho	Pontos fracos / ameaças internas do concelho	Potencialidades internas do concelho	Oportunidades externas ao concelho	Ameaças externas ao concelho
8. Estabilidade do corpo docente, sobretudo das escolas públicas, que facilita e promove um desenvolvimento consistente dos projetos educativos.	8. Ausência de uma visão educativa, sustentável, partilhada por todos os agentes educativos e formativos.	8. Envolvimento e motivação de docentes, alunos e não docentes no desenvolvimento de projetos específicos inclusos nos projetos educativos de escola.	8. Reconhecimento dos projetos desenvolvidos.	8. Implementação de políticas públicas de educação (constituição/fusão de agrupamentos de escola, avaliação de desempenho...) geradoras de instabilidade institucional e organizacional.
9. Projetos comuns entre Agrupamentos/Escolas.	9. Dificuldade de articulação entre as escolas e entre estas e as demais entidades de educação e formação que operam no concelho.	9.1. Existência de redes de trabalho tal como a da Rede Local de Bibliotecas Escolares, potenciadoras de novas formas de cooperação e de trabalho. 9.2. Existência de um CFAE comum que pode permitir a implementação de processos de formação contínua assentes em projetos de cooperação.	9. Existência de projetos nacionais e internacionais que podem ser mobilizados em projetos comuns pelas diferentes entidades de educação e formação do concelho.	

Pontos fortes do concelho	Pontos fracos / ameaças internas do concelho	Potencialidades internas do concelho	Oportunidades externas ao concelho	Ameaças externas ao concelho
10. Escolas públicas com avaliações positivas no âmbito da avaliação externa realizada pela Inspeção Geral da Educação.		10.1 Articulação estreita entre as escolas, município e demais agentes educativos e sociais do Concelho, com vista à construção do Projeto Educativo Local, que potenciará uma efetiva articulação entre ciclos		
11 Existência de associações de pais e encarregados de educação interventivas.	11. Dificuldade em mobilizar os pais e encarregados de educação para uma responsabilidade partilhada no processo de ensino aprendizagem dos seus educandos.	11.1. Sensibilidade de algumas entidades para a necessidade de mobilizar e envolver os pais ativamente na responsabilidade partilhada no processo de ensino e aprendizagem dos seus educandos. 11.2. Existência de boas práticas no concelho de mobilização e envolvimento ativo dos pais e encarregados de educação.		
12. Existência de uma Associação de Estudantes na Escola Secundária de Cantanhede e de uma Comissão de Delegados no Agrupamento Marquês de Marialva	12. Pouca mobilização dos jovens para o exercício de cidadania política, do associativismo e do trabalho em prol do bem comum.		12. Existência de múltiplas associações ativas de âmbito cultural, recreativo e social que podem potenciar um trabalho em rede com os estabelecimentos de ensino.	12. Fraca existência de projetos que mobilizem os jovens para o associativismo e para a intervenção cívica.

2. Orientações estratégicas

Visão

O concelho de Cantanhede pretende afirmar-se como um território educativo e formativo de excelência, contribuindo com qualidade e inovação para o aumento responsável das qualificações dos cidadãos e o desenvolvimento de uma atitude positiva face à aprendizagem ao longo da vida.

Missão

Formar cidadãos qualificados e competentes de acordo com **práticas de elevada qualidade científica, pedagógica e ética** que permitam aos **cidadãos**, que procuram as instituições de ensino e de formação que atuam no concelho de Cantanhede, a aquisição de conhecimentos e de competências que lhes permitam intervir, local e universalmente, como cidadãos e profissionais empreendedores, responsáveis e capazes de agir em função do bem comum².

Valores

- Qualidade e excelência

- * Implementar práticas de educação, de formação e de qualificação de excelência, capazes de desenvolver nos alunos e formandos o gosto pelo conhecimento sólido e pela aprendizagem ao longo da vida.
- * Implementar práticas de educação, de formação e de qualificação que permitam a mobilização do conhecimento como instrumento de compreensão e de ação.

- Responsabilidade e equidade

- * Mobilizar todos os meios disponíveis para possibilitar a igualdade de oportunidades no acesso a uma educação, formação e qualificação com elevados níveis de qualidade.
- * Trabalhar para o desenvolvimento de uma consciência de cidadania ativa, ética e politicamente sustentada no bem comum e na justiça social.
- * Ancorar uma consciência de responsabilidade universal numa forte identidade local.

- Inovação

- * Implementar práticas de educação, de formação e de qualificação capazes de desenvolver um espírito empreendedor que coloque o conhecimento ao serviço de um desenvolvimento económico e social sustentável.

Vigência setembro de 2014 a agosto de 2017

Momentos de avaliação:

Julho 2015

Julho 2016

Julho 2017 (avaliação final) TMNJ1A1

Objetivos gerais	Ações	Atividades	Indicadores	Meta	Responsáveis
1. Estabelecer redes de comunicação e de trabalhos entre todos os intervenientes nos processos de educação, formação e qualificação de forma a existirem práticas articuladas, coerentes e assentes nos valores e princípios do Projeto Educativo Local que promovam o sucesso educativo.	1.1. Criação de mecanismos que favoreçam o sucesso escolar na transição entre os ciclos de escolaridade de modo a manter o projeto educativo do aluno.	1.1.1. Criação de um código de conduta do aluno, comum às várias entidades de educação e formação.	Existência de um código de conduta.	Equipa setembro 2014 Implementação código em janeiro 2015	Escolas e Município.
		1.1.2. Criação de mecanismos comuns ao nível do ensino da literacia da informação, mobilizando os recursos da rede concelhia de bibliotecas escolares.	Existência dos mecanismos comuns Inclusão do processo de todas as instituições de ensino	Setembro 2014 Julho 2015	Professores bibliotecários e equipas das BE. Bibliotecária municipal.
		1.1.3. Reuniões periódicas entre representantes disciplinares para estabelecer elementos de continuidade entre os currículos dos vários ciclos de	Reunião para partilhas de boas práticas e articulação	Setembro 2014, 1. ^a quinzena	Professores das áreas referidas.

Objetivos gerais	Ações	Atividades	Indicadores	Meta	Responsáveis
		ensino nas área-chaves que acompanham o aluno desde o pré-escolar ao ensino secundário (língua portuguesa, matemática e atividade físico-desportiva).	curricular (coordenadores, representantes disciplinares). Existência e n.º de reuniões nas áreas definidas Existência de um plano de ação com elementos de continuidade (articulação curricular)	Plano ação maio 2015 (para ser implementado no ano seguinte)	
	1.2. Definição concertada das ofertas de educação e formação, para jovens e adultos, assentes na cooptação.	1.2.1. Realização de reuniões periódicas entre os principais intervenientes nos processos de educação, formação e qualificação para coordenar as ofertas educativas que melhor se adaptem às necessidades da região.	N.º de reuniões.		Direções das entidades de educação e formação. Município.
		1.2.2. Definição e implementação de estratégias de <i>marketing</i> comuns para divulgar a oferta educativa concelhia.	Existência de materiais de marketing: n.º de		Direções das entidades de educação e

Objetivos gerais	Ações	Atividades	Indicadores	Meta	Responsáveis
			iniciativas comuns de divulgação das ofertas.		formação.
		1.2.3. Estabelecimento de parcerias com Institutos Politécnicos e Instituições de Ensino Superior para oferta de um conjunto de Cursos de Especialização Tecnológica (qualificação de nível 5) com relevo para o desenvolvimento sustentado da região.	N.º de parcerias formalizadas. N.º de parcerias concretizadas.		Escolas. Município. Politécnicos e Instituições de Ensino Superior.
	1.3. Criação de uma rede local entre os empregadores e as instituições formativas e educativas.	1.3.1. Consolidação das parcerias entre as entidades de educação, formação e qualificação e as entidades empregadoras ao nível da identificação das necessidades de formação e qualificação, de acesso a estágios e saídas profissionais.	N.º de parcerias consolidadas.		Direções das entidades de educação e formação. Empresas.
		1.3.2. Criação de uma plataforma digital comum relativa a procura e oferta educativa a todas as entidades de educação, formação e qualificação e aos empregadores.			CNO-ESC. Município.

Objetivos gerais	Ações	Atividades	Indicadores	Meta	Responsáveis
	1.4. Criação de uma unidade de ensino estruturado e de apoio especializado para a multideficiência	<p>1.4.1. Promoção de projetos de estudo/investigação, eventualmente em colaboração com entidades de ensino superior, sobre o percurso social e escolar de alunos com NEE.</p> <p>1.4.2. Definição e implementação de um plano estratégico de intervenção ao nível das necessidades educativas especiais</p>		<p>Concretização de parcerias/Protocolo com o ensino superior</p> <p>Prazos: Até 31 de agosto de 2014</p> <p>Estudo orientado pelas universidades complementado com ações de formação com todos os intervenientes</p> <p>Julho de 2015</p> <p>Implementação de estratégias/plano de ação</p> <p>Prazo: de 1 de Setembro do 2015 a 2016</p>	<p>Coordenadores da educação especial.</p> <p>Escolas. Município</p>

Objetivos gerais	Ações	Atividades	Indicadores	Metas	Responsáveis
2. Instituir práticas de educação, formação e de qualificação de promotoras, nos alunos, formandos, famílias e empresários da valorização da escola, do conhecimento e da qualificação como pilares fundamentais para o desenvolvimento pessoal, social e económico sustentável.	2.1. Inclusão do PEL nos documentos estratégicos/estruturantes das várias entidades de educação e formação do concelho.	2.1.1. Elaboração e adaptação dos documentos estruturantes tendo em conta a visão, missão e valores do PEL.		Confluência de linhas de acção nos Projetos Educativos das organizações do concelho Prazos: Até Julho 2015	Direções e outras estruturas de gestão das entidades de educação e formação.
	2.2. Promoção de iniciativas de valorização do mérito dos alunos e das organizações (novo)	2.2.1. Publicitação dos resultados dos melhores alunos do concelho.	Concretização anual Julho 2015		Escolas Município CME
		2.2.2 Realização de uma cerimónia concelhia anual de reconhecimento do mérito escolar dos melhores alunos.	Concretização anual Julho 2015		
		2.2.3. Publicitação dos resultados obtidos pelos alunos em competições nacionais e internacionais centradas em diferentes áreas do saber e competências.	Concretização e amplitude Julho 2015		

Objetivos gerais	Ações	Atividades	Indicadores	Metas	Responsáveis
	2.3. Implementação de uma política para o empreendedorismo.	2.2.4. Publicitação dos resultados obtidos pelas instituições de educação, formação e qualificação em sede de avaliação externa.	Concretização e amplitude Julho 2015		Escolas.
		2.3.1. Desenvolvimento de projetos de empreendedorismo para jovens, envolvendo escolas, empresas e município.	N.º de projetos e de alunos envolvidos Julho 2015		Escolas, empresas e Município.
		2.3.2. Criação de um prémio para o projeto mais empreendedor ao nível da formação e qualificação profissional de jovens.	Concretização Anual Junho 2015 – atribuição do prémio Avaliação Julho 2015 Existência de um Regulamento para a entrega do Prémio Até Setembro 2014		Município.
	2.4. Implementação de uma política comum de orientação vocacional e de promoção da	2.4.1. Criação e implementação de uma política comum dos SPO, assente em reuniões periódicas dos responsáveis por estes serviços. Reunião entre o Município para implementar	N.º de reuniões/iniciativas Julho 2015		Direções das escolas. SPO. Município

Objetivos gerais	Ações	Atividades	Indicadores	Metas	Responsáveis
	qualificação profissional.	articulação entre os SPO – 1.ª fase			
		2.4.2. Dinamização de sessões para jovens e famílias no âmbito da orientação vocacional e promotoras da importância da qualificação profissional.	N.º de jovens e famílias envolvidas Julho 2015		SPO e Departamentos Curriculares.
		2.4.3. Dinamização pelas entidades de educação, formação e qualificação, em articulação com a AEC e empresas, de uma Feira Concelhia de Emprego e Formação.	Concretização da Feira Anual (dinamizada pela AEC e volante entre escolas associada aos prémios de empreendedorismo e conferências)		Escolas. Empresas, AEC. Município.
		2.4.4. Inserção dos PAA das escolas de atividades que permitam aos alunos, desde o primeiro ciclo, a observação de atividades profissionais em posto de trabalho.	N.º de iniciativas planeadas e as concretizadas, fundamentando as impossibilidades		Escolas e empresas.
		2.4.5. Criação de uma bolsa de empresas disponíveis para parcerias para aquisição, reconhecimento e desenvolvimento de competências profissionais específicas.	N.º de empresas e formandos envolvidos Quem centraliza:		Escolas empresas Município

Objetivos gerais	Ações	Atividades	Indicadores	Metas	Responsáveis
3. Desenvolver redes de projetos que promovam a construção de uma consciência cívica conducente à valorização, preservação e defesa do património natural e cultural, local e universal, promovendo uma cultura de solidariedade.	3.1. Implementação de projetos e atividades com ações orientadas para o desenvolvimento de uma consciência cívica.	3.1.1. Constituição de uma Assembleia Concelhia Escolar de Jovens decorrente das Assembleias de Escolas para a promoção de debates e ações no âmbito da cidadania.	Criação de uma Equipa de trabalho envolvendo representantes das diversas escolas (até julho 2014).		Escolas. Município.
		3.1.2. Inserção nos PAA de atividades promovidas no âmbito de projetos regionais, nacionais e internacionais de intervenção política e social (por exemplo, os promovidos pela EU, pela UNESCO, pela Assembleia da República...).	N.º de iniciativas/ alunos envolvidos		Escolas e entidades de educação e formação localizadas no território.
	3.2. Implementação de projetos e atividades com ações orientadas para a valorização da cultura e identidade locais. 3.3. Sensibilização dos jovens para a preservação do meio	3.2.1. Inclusão nos PAA de actividades promotoras do conhecimento da valorização do património local (histórico, cultural e natural). (exemplos elaboração de projectos de folheto, concursos de fotografia)	N.º de atividades/ projetos		Escolas e entidades de educação e formação localizadas no território. Município. Associações locais.

Objetivos gerais	Ações	Atividades	Indicadores	Metas	Responsáveis
	ambiente e do património coletivo nacional e universal, através de projetos e ações.				

Objetivos gerais	Ações	Atividades	Indicadores	Metas	Responsáveis	
4. Maximizar o uso de recursos humanos, materiais e financeiros através da implementação de projetos comuns e /ou partilha de recursos.	4.1. Consolidação da Rede de Bibliotecas Escolares.	4.1.1. Criação de documentos e instrumentos comuns para o desenvolvimento de competências em literacia da informação.	Número de documentos de utilização comum		Escolas. Professores bibliotecários e equipas das BE. Bibliotecária Municipal.	
		4.1.2. Gestão partilhada dos fundos bibliográficos.	Número de empréstimos interbibliotecas			
		4.1.3. Dinamização conjunta de atividades no âmbito da promoção do livro e da leitura e da formação de professores.	Número de atividades dinamizadas			
		4.1.4. Criação de bancos de recursos pedagógicos.	Concretização / Não concretização			
	4.2. Criação de redes que permitam a maximização do uso de equipamentos e materiais		4.2.1. Criação de uma bolsa de materiais em desuso e de equipamentos ociosos para (re)utilização pelas diferentes entidades de educação, formação e qualificação.	Concretização / Não concretização		Escolas e entidades de educação e formação localizadas no território. Município.
			4.2.2. Partilha de espaços e de equipamentos para o desenvolvimento	Taxa de utilização dos diversos espaços		Escolas. Juntas de Freguesia. Associações

Objetivos gerais	Ações	Atividades	Indicadores	Metas	Responsáveis
		de ações de educação e formação.	concelhios (públicos e privados) Parcerias celebradas entre as entidades, onde se coloquem ao dispor da rede, os meios oferecidos		locais. Empresas.
	4.3. Criação de mecanismos que promovam uma maior articulação das atividades de enriquecimento curricular com o currículo, no âmbito das Atividades de Enriquecimento curricular no 1º CEB .	4.3.1. Gestão curricular das AEC do 1º CEB a nível concelhio em articulação com as Direções das escolas sede.	Número de reuniões realizadas entre as direções para a elaboração de um plano de desenvolvimento concelhio das AEC's		Escolas
		4.3.2. Articulação sequencial das Aec's entre os diversos ciclos de ensino.	Concretização do plano de desenvolvimento das Aec's		
5. Promover a segurança e saúde escolar nas instituições de educação, formação e	5.1. Implementação de uma política concelhia de promoção da segurança em meio	5.1.1 Planificação anual das atividades da Escola Segura no âmbito de áreas como toxicodpendência, prevenção de agressão interpares em meio escolar e outras relevantes no âmbito da	Número de atividades/iniciativas dinamizadas		Escolas. Município. Forças de Segurança.

Objetivos gerais	Ações	Atividades	Indicadores	Metas	Responsáveis
qualificação.	escolar	segurança em meio escolar.			
		5.1.2. Articulação com as empresas rodoviárias para a implementação de uma rede de transportes escolares segura.	Número de reuniões realizadas Número de sugestões de melhoria implementadas		Escolas. Município. Entidades Transportadoras.
		5.1.3. Implementação de sistemas de segurança similares nas várias entidades de educação, formação e qualificação que envolvam as entidades responsáveis (nomeadamente: os Bombeiros, o INEM, entre outros).	Número de atividades / iniciativas implementadas		Escolas. Município. Bombeiros. Proteção civil.
		5.1.4. Implementação de medidas de segurança para a entrada e saída dos alunos.	Número de infraestruturas construídas, tendo por base pareceres técnicos especializados		Escolas. Município. Forças de Segurança.
	5.2. Implementação de uma política	5.2.1. Desenvolvimento de palestras e seminários para educadores e	Número de atividades/iniciativas		Escolas (equipas PES). Município. Unidades

Objetivos gerais	Ações	Atividades	Indicadores	Metas	Responsáveis
	concelhia de educação para a saúde.	professores em articulação com as Unidades de Saúde do concelho.	dinamizadas		de Saúde.
		5.2.2. Articulação das atividades do PES com as Autoridades da Saúde que garanta a harmonização de práticas entre os estabelecimentos de educação e formação e continuidade de ciclos de ensino.	Número de reuniões realizadas para a construção dos planos anuais de atividades Número de atividades implementadas, de âmbito concelho		Escolas (equipas PES). Município. Unidades de Saúde.
		5.2.3. Desenvolvimento de ações concertadas de intervenção social de modo a superar possíveis obstáculos sociais de inserção dos alunos em contexto escolar.	Número de ações realizadas		Escolas. Município. Centros de Saúde. IPSS. Associação de Pais e Encarregados de Educação. Segurança Social. GNR e CPCJ.

Implementação e avaliação do PEL

A implementação do PEL, e monitorização e avaliação da sua efetiva concretização, deverá ser realizada por uma comissão de acompanhamento constituída por um elemento de cada uma das escolas públicas e privadas do concelho e um representante da Câmara Municipal de Cantanhede. A comissão trabalhará sob a orientação do Conselho Municipal de Educação.

No final do primeiro ano de implementação do PEL, e após recolha e tratamento dos dados necessários, a comissão deverá definir as metas a atingir.

Avaliação – periodicidade e responsáveis

A avaliação do PEL, nomeadamente da sua implementação e do grau de concretização dos resultados obtidos, deverá ter em consideração os elementos que se seguem.

A avaliação da implementação do PEL e grau de concretização dos objetivos definidos deve ser realizada por uma comissão de avaliação, constituída para o efeito com um representante de cada escola / agrupamento de escolas, públicas e privadas.

Cabe à comissão de avaliação a definição de um modelo de avaliação, a construção de instrumentos de recolha de dados, a aplicação destes instrumentos e a planificação de instrumentos de tratamento de dados, os quais devem permitir a recolha e tratamento dos dados de modo centralizado.

O modelo de avaliação a ser construído deve contemplar três momentos de avaliação: o da implementação do PEL, o acompanhamento do projeto e os resultados finais obtidos. Deve ainda conter mecanismos de articulação com as equipas de autoavaliação das escolas de forma a não haver sobreposição de tarefas e redundância nos momentos e nos mecanismos de recolha e tratamento de dados que aumentem o volume de trabalho no interior dos estabelecimentos de ensino.

O trabalho da comissão de avaliação será acompanhado pela comissão de acompanhamento, cabendo a esta a apreciação final dos dados e a elaboração dos relatórios inicial, intermédio e final.

O modelo de avaliação deve ainda ter em conta os seguintes indicadores:

- N.º de protocolos ativos que promovam redes de comunicação e de trabalho entre todos os intervenientes nos processos de educação e formação que intervêm no território.
- N.º de projetos/atividades/programas das escolas e demais entidades que envolvam pelo menos três entidades.
- Aumento das taxas de sucesso escolar em todas as instituições.
- Redução das taxas de abandono escolar e de absentismo e das situações de indisciplina escolar.
- Alargamento das ofertas de educação e formação, de jovens e adultos, nomeadamente das ofertas de dupla certificação e/ou de qualificação profissional.
- Grau de concretização das ações e das atividades propostas no PEL.

Acrónimos

AEC	Associação Empresarial de Cantanhede
AEC	Atividades de Enriquecimento Curricular
BE	Biblioteca Escolar
CFAE	Centro de Formação da Associação de Escolas
CNO	Centro de Novas Oportunidades
ESC	Escola Secundária de Cantanhede
EU	União Europeia
INEM	Instituto Nacional de Emergência Médica
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
PAA	Plano Anual de Atividades
PEL	Projeto Educativo Local
PES	Projeto de Educação para a Saúde
QEQ	Quadro Europeu de Qualificações
QNQ	Quadro Nacional de Qualificações
RVCC	Reconhecimento, Validação e certificação de competências
SPO	Serviço de Psicologia e Orientação
Unesco	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>

Documentos de suporte

Brites, Rui (coord.) (2011). *Estudo de avaliação e acompanhamento dos ensinos básico e secundário: Sumário executivo*. POPH, Instituto Universitário de Lisboa. UE: FSE. Disponível em:

<http://www.poph.qren.pt/upload/docs/noticias/Informacoes/2011/Sum%C3%A1rioExecutivoEAAEBS.pdf>

Município de Cantanhede (2007). *Carta Educativa do Concelho de Cantanhede*

Município de Cantanhede (2008). *Carta Desportiva do Concelho de Cantanhede*

Direção Regional de Educação do Centro da Inspeção-Geral da Educação (2010). *Avaliação externa de escola. Relatório de escola: Agrupamento de Escolas Gândara-Mar Cantanhede*. Ministério da Educação. Disponível em: http://www.ige.min-edu.pt/upload/AEE_2011_DRC/AEE_11_Ag_Gandara_Mar_R.

Direção Regional de Educação do Centro da Inspeção-Geral da Educação (2009). *Avaliação externa de escol. Relatório de escola: Agrupamento de Escolas de Cantanhede*. Ministério da Educação. Disponível em: http://www.ige.min-edu.pt/upload/AEE_2010_DRC/AEE_10_Ag_Cantanhede_R.pdf

Direção Regional de Educação do Centro da Inspeção-Geral da Educação (2009). *Avaliação externa de escola. Relatório de escola: Escola Secundária de Cantanhede*. Ministério da Educação. Disponível em: http://www.ige.min-edu.pt/upload/AEE_2010_DRC/AEE_10_ES_Cantanhede_R.pdf.

Direção Regional de Educação do Centro da Inspeção-Geral da Educação (2009). *Avaliação externa de escola. Relatório de escola: Agrupamento de Escolas Finisterra Febres – Cantanhede*. Ministério da Educação. Disponível em: http://www.ige.min-edu.pt/upload/AEE_2009_DRC/AEE_09_Ag_Finisterra_R.pdf

Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (2010). *Educação em Números – Portugal 2010*. Ministério da Educação. Disponível em: http://www.gepe.min-edu.pt/np4/?newsId=520&fileName=GEPE_Setembro.pdf.

Ministério da Educação (2010). *Programa de Educação 2015*. Disponível em: http://www.min-edu.pt/data/programa_educacao_2015.pdf.

Observatório do Emprego e Formação Profissional (2011). *Aspetos estruturais do mercado de trabalho*. Disponível em: http://oefp.iefp.pt/admin/upload/Publicacoes/Aspec_Est_Mercado_Trabalho/29b60277-b95f-4e84-90ab-cb0eea799bc6.pdf

Agrupamento de Escolas de Cantanhede (2009). *Projeto educativo de Agrupamento de Escolas de Cantanhede: educar para a vida, formar para a cidadania - 2009-2013*. Disponível em http://www.eb23-cantanhede.rcts.pt/11_temas/doc_estrut/pea_junho_10.pdf.

Agrupamento de Escolas Gândara-Mar (2009). *Projeto curricular do agrupamento 2009-2013*. Disponível em http://www.eb23s-jgarciabacelar.edu.pt/site/htm/docs/pc_agrup.pdf

Agrupamento de Escolas Finisterra (2010). *Projeto educativo do Agrupamento de Escolas Finisterra 2010-2013*. Disponível em <http://www.eps-carlos-oliveira.rcts.pt/>.

Centro de Estudos Educativos de Ançã. *Projeto educativo: Crescer em qualidade e segurança 2010-2013*. Disponível em http://www.centro-est-edu-anca.org/docs_11/Proj%20Educativo.pdf.

Escola Secundária de Cantanhede (2009). *Projeto educativo / plano estratégico 2009-2013: Na ESC o futuro é já hoje*. Disponível em http://www.escantanhede.pt/docs1011/PE_09-13_25Out_2010.pdf.

Escola Técnico-Profissional de Cantanhede (2010). *Projeto Educativo da Escola Técnico-Profissional de Cantanhede 2010-2014*. Disponível em <http://www.etpc.pt/DocumentosOrientadoresdaEscola/ProjectoEducativo/tabid/141/Default.aspx>

Conselho Local de Educação (2000). *Projeto Educativo Concelhio de Cantanhede: Crescer juntos para a vida rumo ao futuro – 2000*.

Serrão, Anabela & Ferreira, C.P & Souza, Hélder (2010). *Pisa 2009: competências dos alunos portugueses: síntese dos resultados*. Gabinete de Avaliação Educacional. Disponível em http://www.min-edu.pt/data/docs_destaquas/Sintese_Resultados_PISA2009.pdf

União Europeia (2011). *The role of education and training in the implementation of the Europe 2020 Strategy*. Disponível em: http://ec.europa.eu/education/lifelong-learning-policy/doc1120_en.htm.